



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



CENTRO
JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO
CONSENSUAL
DE CONFLITOS

N. 28/2018-C

**TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE CELEBRAM ENTRE SI O ESTADO DA
BAHIA, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, E O MUNICÍPIO DE ITABUNA, PARA
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS JUDICIÁRIOS DE
SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (CEJUSC)
NA COMARCA DE ITABUNA.**

O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro no município de Salvador, Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida nº 560, representado pela sua Presidente, Desembargadora **Maria do Socorro Barreto Santiago**, doravante denominado simplesmente concedente, e o **MUNICÍPIO DE ITABUNA**, com sede na Avenida Princesa Isabel, Nº 678, São Caetano, Itabuna/BA, inscrita no CNPJ-MF nº 14.147.490/0001-68, representado pelo seu prefeito, **Fernando Gomes Oliveira**, brasileiro, inscrito no CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado na cidade de Itabuna, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº **TJ-ADM- 2018/04680** :

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Judiciário participar das políticas públicas de efetivação das garantias constitucionais de acesso à justiça e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil inseriu expressamente a Mediação e a Conciliação como peças fundamentais e efetivas para a resolução de conflitos;

CONSIDERANDO que a Mediação e a Conciliação são técnicas efetivas para se alcançar a pacificação social;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ fomenta a adoção e aperfeiçoamento permanente dos mecanismos de solução consensual de conflitos;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA adotou como sua missão estratégica “Assegurar o Acesso à Justiça, visando à paz social” e como objetivos estratégicos “facilitar o acesso ao sistema de justiça” e “incentivar a conciliação e outras





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



formas adequadas de resolução de conflitos”;

CONSIDERANDO que a(s) instituição(ões) parceira(s) do TJBA, no presente instrumento, atuam no intuito de contribuir para a prevenção e solução extrajudicial de conflitos, com o emprego de métodos adequados de pacificação social;

Com amparo nas disposições da Lei Estadual nº 9.433/2005, da Lei Federal nº 8.666/1993, Resolução do CNJ 125/2010, com a redação dada pela Emenda nº 2/2016, Resolução 24/2015, do Egrégio Tribunal Pleno, e do Decreto Estadual nº 9.266/2004, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Cooperação Técnica, de acordo com as condições e cláusulas a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Os partícipes pretendem estabelecer diretrizes para a implantação das atividades do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC) – Balcão de Justiça e Cidadania, através da unidade gerida pelo **Município de Itabuna**.

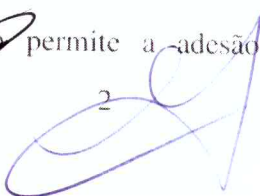
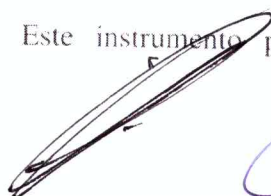
1.2. O CEJUSC/Itabuna atuará na mediação e conciliação Processual, Justiça Restaurativa e Justiça Tributária, para fins de atendimento às disposições contidas no art. 167, § 1º, do novo Código de Processo Civil, e art. 11, da Lei de Mediação, devendo atender o conceito contido no art. 24 da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015), que prescreve o dever do CEJUSC quanto à realização de audiências de conciliação e mediação, além da oferta de serviços de orientação jurídica à população, nos termos da Resolução nº 24/2015, do TJBA, e demais dispositivos aplicáveis.

1.3. Os serviços a serem oferecidos no CEJUSC/Itabuna consistirão na promoção da conciliação e mediação de conflitos de interesses relativos às questões cíveis, família, relações de consumo, tributárias e penais de menor complexidade. Os referidos serviços contemplam a orientação estabelecida pela Resolução nº 125/2010, garantindo a presença de mediadores e conciliadores com atuação técnica.

1.4. O objeto deste instrumento está submetido à Política Nacional Judiciária de tratamento dos conflitos de interesses estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo TJBA.

Parágrafo Único. Este instrumento permite a adesão de novos partícipes, mediante







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



autorização dos atuais membros, visando a consecução ou aperfeiçoamento da execução do seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL E MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A unidade do CEJUSC/Itabuna será instalada no Fórum da Comarca, localizado na Rua Santa Cruz, s/n, loteamento N. Sra. das Graças, Itabuna/BA, e funcionará respeitando o horário de funcionamento desta unidade jurisdicional.

2.2. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Plano de Trabalho, previsto no **ANEXO I** do presente instrumento, aprovado entre os partícipes e que integra este termo de compromisso, independentemente da transcrição do seu conteúdo.

2.3. O CEJUSC/Itabuna deve contar com, pelo menos um profissional cadastrado e com formação especializada em mediação, nos termos da Lei nº 13.140/15.

2.4. Durante os 12 (doze) primeiros meses de funcionamento, tomando-se como termo inicial a continuação do CEJUSC/Itabuna, a equipe de trabalho mencionada no item 2.9 deverá levar ao conhecimento do TJBA, através do endereço eletrônico nupemec@tjba.jus.br, todas as necessidades encontradas na unidade, independentemente da previsão contida no item 4.14.

2.5. Havendo conciliação ou mediação entre as partes, caberá ao Juízo competente proceder à respectiva homologação, nos moldes da Lei 13.140/2015.

2.6. Na formulação do *layout* do CEJUSC/Itabuna, deverá ser adotado o modelo contido no Guia de Instalação aprovado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC do Estado da Bahia, com as devidas adaptações à realidade local, ficando assegurada, desde logo, a existência de, no mínimo, três salas para as atividades de mediação e conciliação, espaço para atendimento, recepção e triagem.

2.7. O método de mediação e conciliação a ser empregado na unidade CEJUSC objeto deste instrumento, é o adotado no Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobretudo nas questões sujeitas à homologação judicial.

2.8. Após 6 (seis) meses de funcionamento pleno do CEJUSC/Itabuna, será realizada uma avaliação do funcionamento dos resultados obtidos, conforme o item 4.14, e a CLÁUSULA





NONA, a fim de aferir sobre a necessidade de ajustes e aprimorar o funcionamento da unidade.

2.9. A equipe de trabalho inicial, disponibilizada pelo Município de Itabuna, será constituída da seguinte forma:

- a)** 1 (um) Supervisor, bacharel em Direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, para assinar os acordos realizados no CEJUSC/Itabuna e enviar ao NUPEMEC/TJBA, até o 5º dia útil de cada mês, conforme disposições dos itens 4.3 ao 4.8.
- b)** 1 (um) Psicólogo e 1 (um) Assistente Social, vinculados aos CREAS (Centro Especializado de Assistência Social);
- c)** 1 (um) Coordenador, responsável pela coordenação dos serviços e da estrutura, para exercer a gestão da unidade e dar apoio didático-pedagógico à implementação de projetos e organização de temas a serem abordados em oficinas e palestras para o desenvolvimento de ações de cidadania e socioeducativas, bem como à coleta de dados.
- d)** Pelo menos, 4 (quatro) Estagiários de Direito, conforme disposições em **CLÁUSULA SEXTA**, proporcionados pelo próprio Município.

2.10. O Município de Itabuna recrutará, até o sexto mês da vigência do instrumento, e colocará a disposição do CEJUSC 2 (dois) mediadores, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais, cada, distribuídas em turnos e escalas a serem definidos pelo supervisor do CEJUSC/Itabuna.

CLÁUSULA TERCEIRA – METAS A SEREM ALCANÇADAS

3.1. Para o presente termo de compromisso, os partícipes devem respeitar as metas descritas do Plano de Trabalho, previsto no **ANEXO I** do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS DO MUNICÍPIO DE ITABUNA

4.1. Estabelecer entendimentos com os magistrados das Varas Cíveis e Penais da Comarca de Itabuna, para que seja estabelecida uma rotina de trabalho envolvendo a mediação e conciliação Processuais, nos termos da Lei 13.140/2015.

4.2. Acompanhar e zelar pelo funcionamento do CEJUSC/Itabuna





4.3. Recrutar e manter a disposição do CEJUSC/Itabuna, às suas expensas, a equipe de trabalho inicial, descrita no item 2.9, composta de 1 (um) Supervisor, bacharel em Direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, 1 (um) Psicólogo, 1 (um) Assistente Social, 1 (um) Coordenador e, pelo menos, 4 (quatro) Estagiários de Direito.

4.4. O Coordenador e o Supervisor possuirão formação jurídica e em mediação judicial, sendo os responsáveis por exercerem, respectivamente, a gestão e a supervisão da unidade e fiscalização dos demais membros da equipe de trabalho.

4.5. Caso o Coordenador e o Supervisor não tenham formação em mediação judicial, o Município de Itabuna obrigará-se a, no prazo de até 6 (seis) meses contados da implantação efetiva da unidade, inscrevê-los no Curso de Mediação Judicial.

4.6. Enquanto o Coordenador e o Supervisor não possuírem a certificação necessária ou estejam participando do curso de mediação referenciado no item anterior, o Município de Itabuna disporá de profissionais com formação em mediação judicial, não integrantes da equipe inicial a que alude o 2.9, para presidirem audiências de mediação no âmbito do CEJUSC/Itabuna, a fim de garantir o pleno funcionamento da Unidade.

4.7. O curso de mediação previsto no item 4.5 é dividido em duas etapas: 40 (quarenta) horas teóricas e 60 (sessenta) horas práticas. As diretrizes curriculares da formação do mediador encontram-se no Anexo III, da Resolução nº 125/2010 do CNJ, modificada com a emenda 02/2016. A parte prática do curso deverá ser realizada no Balcão de Justiça – CEJUSC/Itabuna, nos termos do Art. 11, da Lei de Mediação, e do Art. 167, § 1º, do Código de Processo Civil.

4.8. Não será permitido ao Coordenador e ao Supervisor, enquanto não possuírem certificado em Mediação, presidir audiências de mediação.

4.9. A equipe de trabalho inicial, a que se referem os itens 4.3 e 2.9, poderá sofrer modificações, conforme critérios estabelecidos no **ANEXO II** do presente instrumento, sujeitando-se a formalização por termo aditivo as alterações que impactem no horário de funcionamento do CEJUSC.

4.10. Viabilizar a participação dos integrantes da equipe de trabalho no curso de capacitação, previsto no item 6.5, a ser oferecido pelo TJBA, arcando com as respectivas despesas.





- 4.11. Adotar como método de mediação e conciliação do CEJUSC/Itabuna o Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- 4.12. Cumprir as normas e recomendações emanadas do TJBA e do CNJ, especialmente a Resolução CNJ nº 125/2010, com a redação dada pela Emenda nº 2/2016, e a Resolução TJBA nº 24/2015, e observar os critérios de qualidades técnicas aplicáveis, bem como as normas do Código de Ética e dos Manuais de Procedimentos do CNJ.
- 4.13. Apresentar ao NUPEMEC/TJBA, até o 5º dia útil de cada mês, os relatórios mensais de atendimento, através do preenchimento da planilha disponibilizada pelo NUPEMEC com o quantitativo de atendimento e demais trabalhos realizados como: as sessões ou audiências de mediação/conciliação e as políticas de cidadania implementadas.
- 4.14. Prestar, sempre que solicitado, informações complementares relacionadas ao atendimento e funcionamento do CEJUSC/Itabuna.
- 4.15. Encaminhar à Coordenação Jurídica do CEJUSC/Itabuna, através do Sistema de Automação (SAJ), ou outro sistema processual compatível, no prazo de até 15 (quinze) dias, os termos dos acordos realizados para homologação e prática dos demais atos processuais necessários.
- 4.16. Manter arquivada na sede do CEJUSC/Itabuna as cópias dos termos de acordo celebrados.
- 4.17. Organizar e divulgar Pauta de Conciliação e Mediação no CEJUSC/Itabuna.
- 4.18. Apoiar e participar das atividades que o Tribunal de Justiça venha a promover em decorrência do objeto deste Termo de Compromisso.
- 4.19. Prestar orientação aos usuários relativa ao integral funcionamento do CEJUSC/Itabuna.
- 4.22. Ser responsável pelos recursos humanos que alocar, direta ou indiretamente, na execução do presente Termo de Compromisso, bem como por todas as obrigações contraídas perante terceiros.
- 4.23. Comprovar documentalmente o cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, técnica, econômico-financeira e trabalhista, bem como prestar a declaração de proteção ao trabalho do menor, nos termos dos arts. 98 a 102, da Lei Estadual





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



9.433/2005, naquilo que for aplicável ao seu estatuto social, mantendo-se em situação de adimplência durante todo o prazo de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – COMPROMISSOS DO TJBA:

5.1. Orientar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste termo, através do NUPEMEC, bem como avaliar o seu desempenho e estabelecer medidas corretivas, observado o devido processo legal, sem prejuízo da adoção de medidas previstas na **CLÁUSULA NONA** do presente instrumento.

5.2. Designar Juízes de Direito para exercer em Coordenação Jurídica do CEJUSC/Itabuna.

5.3. Receber e homologar, através da Coordenação Jurídica do CEJUSC/Itabuna, os termos de acordo e demais atos praticados.

5.4. Dispor de imóvel do TJBA para que nele seja instalado o CEJUSC/Itabuna.

5.5. Aprovar, previamente, eventual transferência de instalações ou extinção do CEJUSC/Itabuna.

5.6. Promover, quando necessário, a capacitação básica (item 4.10) dos membros da equipe para o cumprimento do objeto do presente termo de compromisso, mediante solicitação prévia e conforme disponibilidade da UNICORP e seguindo as diretrizes e orientações fixadas pelo CNJ.

5.7. Prover o imóvel que funcionará o CEJUSC/Itabuna, dos mobiliários e equipamentos necessários ao seu funcionamento.

5.8. Prover e instalar as linhas telefônicas fixa, serviço de *internet* (mínimo de 10 Mb), e materiais de expediente necessários à implantação e ao bom funcionamento do CEJUSC/Itabuna, bem como arcar com todas as despesas de funcionamento, manutenção e segurança da referida unidade.

5.9. Realizar, às suas expensas, as reformas para adaptação do imóvel sede do CEJUSC/Itabuna.

5.10. Prover e instalar as placas de sinalizações, conforme estabelecido pelo NUPEMEC, nas instalações do CEJUSC/Itabuna.





CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

- 6.1.** São aplicáveis aos estudantes de direito o regime jurídico da Lei nº 11.788/08, sobre o estágio.
- 6.2.** A realização do estágio será precedida da assinatura de Termo de Compromisso, a ser celebrado entre o Município de Itabuna e o educando.
- 6.3.** Os estagiários cumprirão carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 horas diárias, em turno a ser definido com o supervisor do CEJUSC/Itabuna.
- 6.4.** Os estagiários deverão cumprir as atribuições e obrigações constantes do termo de estágio, sobretudo manter sigilo acerca dos fatos que digam respeito aos usuários e jurisdicionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

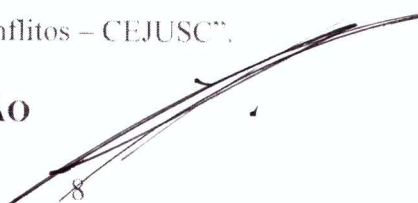
- 7.1.** O presente Termo de Compromisso e Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado mediante acordo escrito entre os partícipes.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

- 8.1.** O presente Termo de Compromisso poderá ser modificado por acordo escrito entre os Partícipes, desde que não haja alteração do seu objeto.
- 8.2.** Este instrumento poderá ser rescindido mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que caiba ônus para o denunciante, podendo ainda, ser imediatamente rescindido pelo TJBA, na hipótese de descumprimento de cláusula ou condição.
- 8.3.** Rescindido o presente instrumento, o partícipe restituirá imediatamente ao TJBA todos e quaisquer bens, documentos ou materiais do TJBA ou dos quais sejam detentores em razão deste termo de compromisso, devendo ainda abster-se de utilizar o símbolo e o nome “Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos – CEJUSC”.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO




8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



9.1. A fiscalização da execução do presente termo de compromisso será exercida através dos coordenadores Eliúde de Carvalho Rosa, Cadastro nº 968.527-8, e Alberto Abbehusen, cadastro nº 903.615-6, de forma cumulativa ou substitutiva, ou por representantes indicados pelo TJBA, que deverão apresentar as respectivas identificações funcionais no ato da fiscalização.

9.2. O acompanhamento da execução e a fiscalização do objeto do presente Termo de Compromisso devem ser realizados através de relatórios mensais, bem como por visitas técnicas, que visam avaliar o pleno funcionamento da unidade e atendimento dos padrões exigidos nas normas regulamentares.

9.3. Os relatórios serão endereçados ao NUPEMEC, no endereço eletrônico nupemec@tjba.jus.br.

9.4. As visitas técnicas ordinárias serão realizadas a cada 12 (doze) meses e as extraordinárias, sempre que o Tribunal de Justiça entender necessárias, conforme critérios de conveniência e oportunidade.

9.5. Aos fiscais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, bem como orientar as providências destinadas a corrigir práticas atentatórias ao presente instrumento.

9.6. As recomendações efetuadas pelos fiscais do Termo de Compromisso deverão ser atendidas pelo Município de Itabuna, conforme o caso, no prazo de até 30 dias, prorrogáveis uma vez por igual período, consideradas a complexidade das mesmas.

10.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui ou reduz as responsabilidades do Município de Itabuna, pelos atos praticados no âmbito da sua unidade ou por seus prepostos, na execução do presente Termo de Compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS FINANCEIROS

10.1. A execução do presente Termo de Compromisso não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Os partícipes elegem o foro da comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

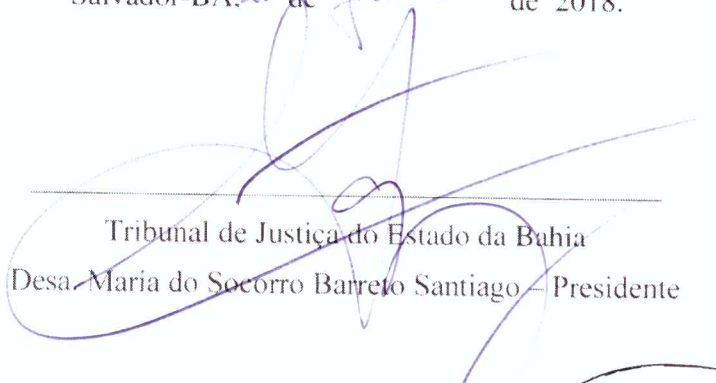


questões decorrentes da celebração ou execução do presente Termo de Compromisso, que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento.

11.2. A publicação do presente Termo de Compromisso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.

11.3. E assim, por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, os partícipes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma e para um só efeito, com todas as suas folhas também rubricadas, na presença de testemunhas, que também o subscrevem.

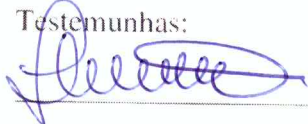
Salvador-BA, 29 de *junho* de 2018.


Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago – Presidente


Município de Itabuna

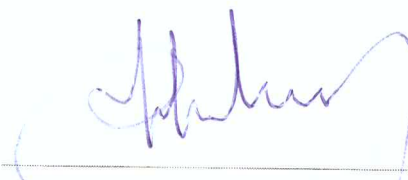
Fernando Gomes Oliveira – Prefeito

Testemunhas:



Nome: Eliúde de Carvalho Rosa

CPI: [REDACTED]



Nome: Alberto Abbehusen

CPF: [REDACTED]



PLANO DE TRABALHO

1º PARTÍCIPE

Nome: TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
Endereço: CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 5ª AVENIDA Nº 560		
Bairro: SUSSUARANA	Cidade/Estado: SALVADOR/BA	CNPJ: 13.100.722/0001-60
Nome do responsável: Maria do Socorro Barreto Santiago		
Telefone: (71) 3372-5153	Cargo: PRESIDENTE	

2º PARTÍCIPE

Nome: MUNICÍPIO DE ITABUNA		
Endereço: AVENIDA PRINCESA ISABEL, Nº 678		
Bairro: SÃO CAETANO	Cidade/Estado: ITABUNA/BA	CNPJ: 14.147.490/0001-68
Nome do responsável: Fernando Gomes Oliveira		
Telefone: (73) 3214-1430	Cargo: PREFEITO	CPF: [REDACTED]

3- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS		
Objeto: Constitui objeto deste termo a implementação de um Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos na Comarca de Itabuna, com espeque no item 1.1 do termo de compromisso. O Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos tem por objetivo a promoção da mediação e conciliação nos conflitos abrangendo as questões cíveis, família, relações de consumo, tributárias e penais de menor complexidade, atuando no âmbito processual. Constituem metas deste plano de trabalho: 1. Solucionar um percentual não inferior a 20% (vinte por cento) dos casos atendidos no CEJUSC objeto deste plano de trabalho; 2. Enviar todos os relatórios, até o 5º (quinto) dia útil do mês, ao NUPEMEC, para o devido acompanhamento da unidade, em observância ao que consta do item. 3. No que concerne à fiscalização do CEJUSC objeto deste plano de trabalho, atuará como fiscal: os servidores: Alberto Abbehusen, cad.: 903.615-6 e Eliúde de Carvalho Rosa, cad.: 968.533-2. 4. Cumprir as demais cláusulas estabelecidas no termo de compromisso anexo a este plano.		
Justificativa da proposição: Facilitação do acesso ao Judiciário		
Período de execução: 60 meses	Início: JANEIRO/2018	Término: JANEIRO/2023

4- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Instalações:	O primeiro partícipe dispõe de espaço físico necessário para a instalação do Centro Judiciário.
Equipamento:	A(s) unidade(s) dispõe dos equipamentos necessários para o seu funcionamento.
Capacitação:	Os(as) supervisores(as) da unidade já foram submetidos à capacitação.

5 – PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A assinatura do termo de compromisso não resultará em transferência de recursos entre as partes.



6 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplemento com o Tesouro ou qualquer órgão da Administração Pública que impeça a celebração do termo de compromisso proposto.

Local e Data

Proponente

7 – APROVAÇÃO

Local e Data

Concedente (TJBA)



Termo de Compromisso de Cooperação Técnica. Processo Administrativo nº TJ-ADM-2018/04153. Partes: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Município de Itacaré - Bahia. Objeto: Implementação das atividades do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC). Data da assinatura: 30/01/2018. Vigência: 60 meses.

Termo de Compromisso de Cooperação Técnica. Processo Administrativo nº TJ-ADM-2018/04830. Partes: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Município de Camaçari - Bahia. Objeto: Implementação das atividades do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC). Data da assinatura: 31/01/2018. Vigência: 60 meses.

Termo de Compromisso de Cooperação Técnica. Processo Administrativo nº TJ-ADM-2018/04680. Partes: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Município de Itabuna - Bahia. Objeto: Implementação das atividades do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC). Data da assinatura: 29/01/2018. Vigência: 60 meses.

Termo de Compromisso de Cooperação Técnica. Processo Administrativo nº TJ-ADM-2017/65035. Partes: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Município de Macaúbas - Bahia. Objeto: Implementação das atividades do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC). Data da assinatura: 12/12/2017. Vigência: 60 meses.

Protocolo da Publicação Eletrônica Nº 632823/2018 (cf. Lei 11.419/06)
Responsável: SILVIO MAIA DA SILVA
Encaminhado para publicação no DJE em 02/02/2018 às 14:55h.